CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição:27 • Sábado, 04 de Julho de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

DIVULGAÇÃO

CEARÁ AVANÇA, PERNAMBUCO ESPERA:

é hora de a bancada federal defender a Transnordestina



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

PÁG. 4



Com recursos federais e estaduais, Mosteiro de São Bento é entregue restaurado, enquanto Olinda ainda amarga perda de R$ 49 milhões do PAC Cidades Históricas PÁG. 2



PGR defende manutenção da prisão domiciliar de Jair Bolsonaro e apreensão de arma PÁG. 3

ARTIGO



POR ANTÔNIO CAMPOS - ADVOGADO

Literatura, Tecnologia e Inteligência Artificial. O livro como experiência. PÁG. 5



Pernambuco registra o melhor primeiro semestre da série histórica na redução de mortes violentas e roubos PÁG. 2



Brasil tem 64% de chances de vencer a Noruega de acordo com supercomputador da Opta PÁG. 3



Pesquisa aponta queda de Lula no Nordeste e disputa mais acirrada na corrida presidencial PÁG. 4



EUA ampliam sanções contra o PCC e bloqueiam empresas e pessoas ligadas à facção criminosa PÁG. 5

Pernambuco registra o melhor primeiro semestre da série histórica na redução de mortes violentas e roubos

DIVULGAÇÃO



Reafirmando os avanços do programa Juntos pela Segurança, Pernambuco encerrou o primeiro semestre com o menor número de Mortes Violentas Intencionais (MVIs) e Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVPs - roubos) de toda a série histórica, sendo comparado com os últimos 23 anos e os últimos 16 anos, respectivamente. Em MVIs, a redução foi de mais de 13% em comparação com o mesmo período do ano passado. Nos CVPs, a queda representou mais de 43% na mesma relação.

"Encerramos o melhor primeiro semestre da série histórica porque tratamos a segurança pública como deve ser tratada, com prioridade e planejamento, desde o primeiro dia do nosso governo. Cada número não significa um dado, mas representa uma vida preservada. Vamos seguir investindo em tecnologia, inteligência e estrutura para nossa segurança pública e valorização dos nossos profissionais para garantir um Estado cada vez mais seguro", disse a governadora Raquel Lyra.

Segundo dados da Gerência Geral de Análise Criminal e Estatística (GGACE), da Secretaria de Defesa Social (SDS), foram 1.407 casos de MVIs registrados nos seis primeiros meses deste ano, contra 1.628 no mesmo período do ano passado, o que representou uma diminuição de 13,6%. Na mesma comparação com o ano de 2022, a queda foi ainda maior, de 24,4%, quando foram registradas 1.861 ocorrências dessa natureza.

Com série histórica iniciada em 2011, os Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVPs) também apresentaram o melhor resultado já registrado para um primeiro semestre, consolidando 2026 como o ano com o menor número de ocorrências dos últimos 16 anos. As quedas percentuais evidenciam: 43,6% no comparativo com o mesmo período de 2025 (saindo de 16.230 para 9.153 casos). Em relação a 2022, a diferença chega a 55,6%, passando de 20.614 para 9.153 ocorrências na mesma comparação, o que representa 11.461 roubos violentos a menos.

"Menos crimes significam mais vidas salvas e menos roubos ao patrimônio. Os números do semestre são muito representativos, com a segurança pública cumprindo as metas do exitoso programa do Governo do Estado, adotando estratégias que somam união de forças, empenho dos profissionais das Operativas, tecnologia de ponta e inteligência", declarou o secretário de Defesa Social de Pernambuco, Alessandro Carvalho.

Com recursos federais e estaduais, Mosteiro de São Bento é entregue restaurado, enquanto Olinda ainda amarga perda de R$ 49 milhões do PAC Cidades Históricas

Foto Divulgação



O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Governo de Pernambuco e autoridades locais entregaram nesta semana a restauração da Igreja Abacial do Mosteiro de São Bento, um dos principais monumentos históricos e religiosos de Olinda. A cerimônia também marcou a reabertura da Igreja de São Pedro Mártir de Verona e o anúncio de novos investimentos do Novo PAC para a preservação do patrimônio cultural da cidade.

A restauração do Mosteiro de São Bento recebeu investimento de R$ 16,4 milhões, enquanto a Igreja de São Pedro recebeu R$ 1,4 milhão. Durante a solenidade, o Iphan anunciou ainda o início das obras do futuro Centro de Interpretação do Patrimônio Mundial, que será instalado no Casarão Hermann Lundgren, com investimento superior a R$ 7,7 milhões do Novo PAC.

As intervenções envolveram recuperação estrutural, combate a infiltrações e cupins, restauração de pinturas, esculturas, altares, talhas douradas e elementos artísticos, além da descoberta de uma pintura barroca original do século XVIII, escondida sob camadas de tinta. Segundo o Iphan, a obra mobilizou mais de 40 profissionais especializados e representa um dos maiores investimentos recentes na preservação do patrimônio pernambucano.

Apesar da celebração, a entrega dos monumentos reacende uma discussão sobre a condução da política de preservação do patrimônio histórico em Olinda. Enquanto novos recursos do Novo PAC chegam ao município por meio de parcerias entre União, Governo do Estado e instituições responsáveis pelas obras, a cidade ainda convive com as consequências da perda de mais de R$ 49 milhões do antigo PAC Cidades Históricas.

Segundo documentos oficiais reunidos em audiências públicas e respostas do próprio Iphan, durante a gestão do ex-prefeito Lupércio Carlos, diversos projetos deixaram de avançar por ausência de atualização de planilhas, projetos técnicos, cronogramas e demais exigências necessárias para liberação dos recursos federais.

A situação motivou o advogado Antônio Campos, líder do movimento #ResisteOlinda, a ingressar com uma Ação Popular pedindo o ressarcimento de aproximadamente R$ 106 milhões aos cofres públicos. Na ação, ele sustenta que existem documentos oficiais demonstrando que a perda dos recursos decorreu de falhas administrativas e não da falta de disponibilidade financeira por parte da União.

Os recursos do antigo PAC haviam sido captados em 2013, durante a gestão do ex-prefeito Renildo Calheiros, contemplando inicialmente 14 intervenções no Sítio Histórico. Parte das obras foi retomada após audiência pública realizada em 2017, quando foram concluídas intervenções como a restauração da Igreja do Bonfim, a recuperação das bicas históricas e a requalificação do Adro de São Francisco.

Entretanto, atas de nova audiência pública realizada em 2021 mostram que diversos empreendimentos continuavam sem execução. Técnicos do Iphan registraram que cabia ao município atualizar projetos e documentos indispensáveis para manter os convênios ativos. Entre as obras que permaneceram com pendências estavam o Cine Duarte Coelho, o Casarão Hermann Lundgren, o Mercado de Peixes e Moluscos, além de largos e praças históricas.

Respostas oficiais encaminhadas pelo Iphan à Câmara Municipal também apontam que vários projetos acabaram sendo cancelados após sucessivos pedidos de prorrogação feitos pela Prefeitura sem o cumprimento das exigências técnicas, levando à perda definitiva dos recursos federais.

Outro caso citado é o da Igreja Matriz de São Pedro, cuja obra foi iniciada em 2020, mas acabou interrompida após o abandono da empresa responsável. Segundo informações do próprio Iphan, a execução chegou a cerca de 85%, porém o contrato venceu antes da conclusão, deixando o monumento fechado por anos até sua recuperação dentro do Novo PAC.

A entrega do Mosteiro de São Bento simboliza um novo ciclo de investimentos no patrimônio histórico de Olinda. Ao mesmo tempo, a recuperação dos monumentos também evidencia o contraste entre os recursos atualmente aplicados pelo Novo PAC e as oportunidades perdidas durante a execução do antigo PAC Cidades Históricas, tema que segue sendo discutido na Justiça por meio da Ação Popular proposta por Antônio Campos.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

Brasil tem 64% de chances de vencer a Noruega de acordo com supercomputador da Opta

DIVULGAÇÃO



A cada jogo que passa o Brasil exibe mais confiança em campo na Copa do Mundo. Apesar de ainda não mostrar uma atuação dominante, a equipe exibe capacidade de reação e de encontrar soluções rápidas. Isso pode ser visto na virada contra o Japão na última segunda-feira. É com base nesse panorama que o supercomputador da Opta, empresa britânica de dados esportivos, aponta que o Brasil tem 64,47% de chances de vencer a Noruega e garantir vaga nas quartas de final.

Com experiência em grandes clubes e conhecido por manter a calma até sob pressão, Carlo Ancelotti encontrou o tom certo e regeu a equipe como um bom maestro para superar o Japão na segunda fase do Mundial. Insistiu no desacreditado Casemiro, que empatou a partida, colocou Gabriel Martinelli para entrar em campo e a mudança também resultou em gol, fechando o jogo em 2 a 1 sobre o Japão. Até o momento, a seleção soma um empate e três vitórias, ostentando nomes como Vini Jr. em destaque.

Entretanto, apesar de ter mais chances de vitória, o Brasil não encontrará um jogo fácil. Segundo o supercomputador, a Noruega tem probabilidade considerável, de 35,53%, de avançar às quartas. Os nórdicos voltaram ao Mundial depois de uma campanha dominante nas Eliminatórias e nos jogos do campeonato. A seleção do país europeu reúne uma geração de craques consolidada nas principais ligas da Europa. Erling Haaland, um dos melhores centroavantes da atualidade, compõe um ataque potente ao lado de Martin Odegaard, Alexander Sorloth, Antonio Nusa e Oscar Bobb.

De acordo com a Opta, o supercomputador que entregou as probabilidades realiza mais de 25 mil simulações de todos os jogos e é atualizado a cada gol e resultados das partidas. As chances e os rankings são baseados no desempenho histórico e recente das equipes. O modelo considera a força dos adversários usando probabilidades de resultado das partidas e simula os jogos restantes da competição milhares de vezes. Ao analisar o resultado de cada uma dessas simulações, o computador consegue determinar com que frequência as equipes terminaram em cada posição da competição, para então criar nossas previsões finais.

Com base nas análises da gigante de dados esportivos, a seleção brasileira é a 4ª do ranking de favoritas ao título e tem três vezes mais chances que os noruegueses de levantar o troféu. O Brasil soma 9.72%% de probabilidade de ganhar. Na frente da amarelinha estão Espanha, com 11.10%, Argentina com 15.39% e França com 29.56%. Já a Noruega tem apenas 3.05% de possibilidade de vencer e o 9º país do ranking.

PGR defende manutenção da prisão domiciliar de Jair Bolsonaro e apreensão de arma

DIVULGAÇÃO



A Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestou favoravelmente à manutenção da prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro. O parecer, assinado pelo procurador-geral Paulo Gonet, foi enviado ao Supremo Tribunal Federal após solicitação do ministro Alexandre de Moraes, relator do caso.

A manifestação ocorre após o fim do prazo inicial de 90 dias da prisão domiciliar concedida a Bolsonaro. A defesa pediu a prorrogação da medida alegando que o ex-presidente continua necessitando de acompanhamento médico permanente em razão de seu quadro de saúde. Caberá agora ao ministro Alexandre de Moraes decidir se mantém ou altera o regime de cumprimento da pena.

No parecer, Paulo Gonet afirmou que o episódio envolvendo uma arma registrada em nome de Bolsonaro não caracteriza falta disciplinar grave capaz de justificar a revogação da prisão domiciliar. O entendimento acompanha a conclusão da Polícia Civil do Distrito Federal, que decidiu não indiciar o ex-presidente nesse caso específico.

Apesar disso, a PGR defendeu que a arma permaneça apreendida. Segundo Gonet, embora o armamento seja regular, a condição de quem cumpre pena em prisão domiciliar é incompatível com a posse de arma de fogo, razão pela qual o revólver deve continuar retido pelas autoridades.

A investigação teve início depois que um dos seguranças de Bolsonaro, o militar do Exército Estácio Leite da Silva Filho, foi abordado em uma blitz no Distrito Federal transportando a arma do ex-presidente. Conforme a defesa, o armamento seria levado para manutenção. A Polícia Civil decidiu indiciar apenas o segurança por porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, isentando Bolsonaro de responsabilidade criminal no episódio.

Bolsonaro cumpre prisão domiciliar desde 27 de março, após decisão do STF que levou em consideração seu estado de saúde. Antes disso, ele havia sido condenado a 27 anos e três meses de prisão no processo relacionado à tentativa de golpe de Estado. Agora, após o parecer da PGR e a manifestação da defesa, o Supremo deverá decidir se o ex-presidente continuará cumprindo a pena em casa ou se haverá alteração no regime.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, CURADOR DA FLIPORTO BRASIL, FLIPORTO PORTUGAL, FLIPORTO ARTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DO JORNAL CORREIO DE PERNAMBUCO.

CEARÁ AVANÇA, PERNAMBUCO ESPERA: A HORA DE A BANCADA FEDERAL DEFENDER A TRANSNORDESTINA



A Ferrovia Transnordestina está no centro do debate. O anúncio, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da liberação de mais R$ 600 milhões para o trecho cearense da obra, enquanto Pernambuco permanece sem autorização para o reinício do trecho Salgueiro-Suape, reacendeu uma preocupação legítima: estaria Pernambuco perdendo espaço na principal estratégia logística do Nordeste? O tema também foi objeto de Ação Popular nº 0804040-39.2023.4.05.8300, que é por mim movida sobre a anulação do aditivo que tirou Pernambuco, entre outras iniciativas. Pedi hoje ao Juiz federal que solicite a União e a Infra S.A que informe nos autos a situação jurídica e de alocação de recursos e previsão de início do trecho Salgueiro/Suape, Transnordestina Pernambuco. Os fatos são objetivos. No Ceará, as obras avançam, novos lotes são inaugurados e há cronograma de execução. Em Pernambuco, permanece a indefinição sobre o reinício das obras, embora o trecho seja considerado estratégico para conectar o interior ao Porto de Suape, um dos maiores complexos portuários da América Latina. A diferença de ritmo produz um desequilíbrio regional que merece reflexão. Não se trata de defender um estado contra outro. O Ceará tem pleno direito de celebrar seus investimentos e sua capacidade de articulação institucional. O problema surge quando Pernambuco permanece sem respostas concretas sobre um empreendimento igualmente relevante para o desenvolvimento regional. A própria discussão nacional sobre a logística brasileira está mudando. A integração ferroviária entre a Transnordestina, a Ferrovia Norte-Sul e os corredores bioceânicos pode redefinir o mapa econômico do país nas próximas décadas, na estratégia via Peru, que é a que a China quer. Nesse cenário, perder protagonismo significa perder investimentos, empregos, competitividade industrial e capacidade exportadora. É justamente por isso que Pernambuco precisa agir politicamente. Mais do que discutir responsabilidades passadas, chegou o momento de construir uma agenda institucional capaz de recolocar o Estado na prioridade nacional. Nesse contexto, ganha especial importância o papel da bancada federal pernambucana. Deputados e senadores, independentemente de posições partidárias, possuem a responsabilidade constitucional de defender os interesses permanentes do Estado perante o Governo Federal. Essa responsabilidade torna-se ainda mais relevante diante da nova posição ocupada pela senadora Teresa Leitão, que passou a exercer a liderança do Governo no Congresso. A liderança amplia sua capacidade de interlocução junto ao Executivo Federal e cria uma oportunidade institucional para buscar soluções concretas para o trecho pernambucano da Transnordestina. Não se trata de confronto político nem de disputa federativa. Trata-se de representar Pernambuco. A liderança governista pode funcionar como ponte para destravar decisões administrativas, acelerar definições técnicas, promover o diálogo com a Infra S.A., o Ministério dos Transportes, a ANTT e os órgãos de controle, permitindo que o Estado volte a integrar efetivamente a estratégia logística nacional. Também é importante que o Governo Federal esclareça, com transparência, qual é o cronograma previsto para o trecho Salgueiro-Suape, quais recursos estão programados, quais obstáculos jurídicos permanecem e quais medidas estão sendo adotadas para superá-los. A previsibilidade é fundamental para investidores, para o setor produtivo e para a sociedade. Pernambuco não pode assistir passivamente ao redesenho dos grandes corredores ferroviários brasileiros. A Transnordestina representa muito mais do que uma ferrovia: ela simboliza desenvolvimento regional, integração econômica, redução de custos logísticos e fortalecimento do Porto de Suape. O momento exige união institucional. Governo estadual, bancada federal, setor produtivo, universidades e sociedade civil precisam atuar de forma coordenada para garantir que Pernambuco participe, em igualdade de condições, da nova geografia econômica do Brasil. O desenvolvimento do Ceará é uma boa notícia para o Nordeste. Mas o desenvolvimento regional somente será completo quando Pernambuco também voltar aos trilhos.

Pesquisa aponta queda de Lula no Nordeste e disputa mais acirrada na corrida presidencial

DIVULGAÇÃO



Uma nova pesquisa BTG Pactual/Nexus indica uma redução no desempenho eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Nordeste, região considerada historicamente seu principal reduto político. Em uma simulação de segundo turno contra o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Lula passou de 66% para 61% das intenções de voto entre os eleitores nordestinos, uma queda de cinco pontos percentuais em relação ao levantamento anterior. Já Flávio Bolsonaro oscilou de 28% para 30% na mesma região.

Apesar da redução, Lula continua liderando com ampla vantagem no Nordeste. No entanto, o levantamento aponta um cenário de maior competitividade na região, que foi decisiva para sua vitória nas eleições presidenciais de 2022. Analistas avaliam que a mudança pode refletir o desgaste natural do governo, além do fortalecimento da oposição em estados nordestinos.

No cenário nacional, a pesquisa mostra Lula com 47% das intenções de voto em um eventual segundo turno, contra 44% de Flávio Bolsonaro. A diferença permanece dentro da margem de erro, caracterizando um cenário de disputa apertada. Em comparação com o levantamento anterior, o presidente caiu dois pontos percentuais, enquanto o senador avançou um ponto.

O estudo também revela diferenças regionais. Enquanto Lula perdeu espaço no Nordeste e no Sul, onde recuou de 38% para 33%, apresentou crescimento no Sudeste, passando de 45% para 47% das intenções de voto. Esses movimentos indicam uma redistribuição do apoio eleitoral entre as regiões do país e reforçam que a corrida presidencial permanece aberta.

A pesquisa BTG Pactual/Nexus ouviu eleitores de todas as regiões brasileiras e integra uma série de levantamentos que acompanham a evolução do cenário para as eleições de 2026. Embora ainda mantenha vantagem no Nordeste, os números mostram uma redução da distância entre Lula e seus principais adversários, sinalizando uma disputa que tende a se intensificar nos próximos meses.



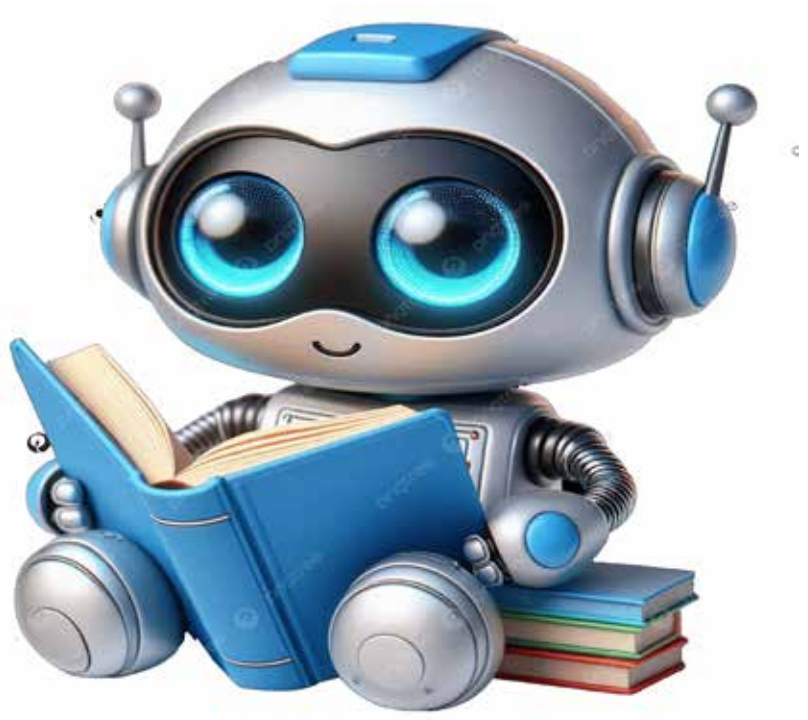
ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, CURADOR DA FLIPORTO BRASIL, FLIPORTO PORTUGAL, FLIPORTO ARTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DO JORNAL CORREIO DE PERNAMBUCO.

LITERATURA, TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL. O LIVRO COMO EXPERIÊNCIA.

A Fliporto – Festa Literária Internacional de Pernambuco, em sua 21ª edição brasileira, que será realizada em novembro de 2026, terá como um de seus eixos temáticos "Literatura, Tecnologia e Inteligência Artificial", propondo um amplo debate sobre os desafios e as oportunidades da transformação digital no universo da criação literária, da leitura, da produção editorial e da difusão do conhecimento. Vivemos uma profunda revolução tecnológica impulsionada pela Inteligência Artificial. Como destaca o professor Silvio Meira, a Inteligência Artificial não deve ser compreendida apenas como um software ou uma ferramenta, mas como um novo agente cognitivo, uma extensão da própria inteligência humana. Nesse contexto, passam a coexistir e interagir três dimensões da inteligência: a individual, a social e a artificial, inaugurando novas formas de produzir conhecimento, criar e compartilhar cultura. No campo da literatura, a Fliporto defende que a Inteligência Artificial seja utilizada como instrumento de apoio ao processo criativo, jamais como substituta da autoria humana. A criação literária pressupõe autonomia intelectual, sensibilidade, originalidade e responsabilidade autoral. Por essa razão, entendemos que as obras produzidas com auxílio de Inteligência Artificial devem informar de maneira transparente a utilização dessa tecnologia, preservando a confiança do leitor e a integridade do processo criativo. Essa compreensão dialoga com a evolução do Direito Autoral, que busca preservar a centralidade da intervenção humana na proteção das obras intelectuais. O avanço tecnológico vem transformando profundamente a forma como escrevemos, lemos e consumimos informação. Os meios de comunicação tornam-se cada vez mais digitais, a circulação das notícias é instantânea e novas linguagens passam a disputar a atenção do público em um ambiente marcado pela velocidade e pela multiplicidade de plataformas. Nesse cenário, destacam-se



fenômenos contemporâneos como os booktokers e demais criadores de conteúdo literário nas redes sociais, que passaram a exercer significativa influência sobre hábitos de leitura, especialmente entre os jovens, contribuindo para o sucesso editorial de inúmeras obras e para a formação de novas comunidades de leitores. Outro fenômeno característico do nosso tempo é a crescente valorização dos microtextos e das narrativas breves, compatíveis com a dinâmica das plataformas digitais. Entretanto, esse movimento não representa o enfraquecimento da literatura de maior fôlego, mas a ampliação das formas de expressão e de acesso ao texto literário. Paradoxalmente, enquanto a tecnologia amplia o acesso ao conteúdo digital, observa-se um renovado interesse pelas livrarias físicas, pelos cafés literários, pelas feiras do livro, festas literárias e pelos espaços culturais voltados ao encontro entre autores e leitores. O livro deixa de ser apenas um objeto para tornar-se uma experiência cultural, afetiva e sensorial. Caminhamos para uma nova era em que a literatura ultrapassa as páginas impressas e dialoga com diferentes linguagens. Ler um livro será uma experiência sensorial, podendo, também, assistir a um filme, visitar uma exposição, participar de experiências imersivas, interagir com recursos digitais ou explorar novas narrativas potencializadas pela tecnologia, como realidade aumentada, entre outras. A Fliporto acredita que a Inteligência Artificial e as novas tecnologias não representam a crise do livro, mas uma oportunidade para ampliar seus horizontes. O livro permanece vivo, reinventando-se continuamente, estimulando o pensamento crítico, a criatividade e o diálogo entre tradição e inovação. É justamente esse encontro entre literatura, tecnologia e humanidade que a Fliporto literária pretende colocar no centro do debate em sua edição de 2026, que acontecerá no Centro do Recife, onde fica o Porto Digital. É hora de criar e inovar.

EUA ampliam sanções contra o PCC e bloqueiam empresas e pessoas ligadas à facção criminosa

O governo dos Estados Unidos ampliou o cerco financeiro ao Primeiro Comando da Capital (PCC) ao anunciar novas sanções contra empresas e pessoas apontadas como integrantes ou colaboradoras da maior facção criminosa do Brasil. A decisão foi publicada pelo Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC), órgão do Departamento do Tesouro norte-americano responsável por combater o financiamento de organizações criminosas e redes transnacionais.

Entre os sancionados estão as empresas Intercape Transportes Ltda. e Interfrios Comércio de Alimentos Ltda., apontadas pelas autoridades americanas como integrantes da estrutura financeira utilizada para lavar dinheiro proveniente do tráfico internacional de drogas. Também foram incluídos na lista os empresários Marcos Roberto de Almeida, conhecido como "Tuta", considerado um dos principais líderes do PCC, Willian de Oliveira, Rafael Gomes de Oliveira e Luiz Carlos da Rocha Neto, apontados como operadores financeiros da organização criminosa.

De acordo com o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, o grupo utilizava empresas legalmente constituídas para ocultar recursos obtidos com atividades ilícitas, misturando dinheiro do tráfico de drogas a operações comerciais aparentemente regulares. A estratégia permitiria movimentar milhões de dólares e dificultar a identificação da origem dos valores pelas autoridades financeiras.

Com a aplicação das sanções, todos os bens e ativos dos investigados que estejam sob jurisdição dos Estados Unidos ficam imediatamente bloqueados. Além disso, cidadãos, bancos e empresas norte-americanas ficam proibidos de realizar qualquer operação financeira ou comercial com as pessoas e empresas incluídas na lista de sanções. Na prática, a medida também dificulta transações internacionais em dólar e restringe o acesso ao sistema financeiro global.

Segundo o governo americano, o PCC deixou de ser uma organização com atuação restrita ao Brasil e passou a operar como uma das principais redes criminosas transnacionais da América Latina. A facção é investigada por controlar rotas internacionais de envio de cocaína para a Europa, África e Ásia, utilizando portos brasileiros, empresas de logística e organizações parceiras em diversos países.

DIVULGAÇÃO



As autoridades dos Estados Unidos afirmam que o PCC movimenta bilhões de dólares por ano por meio do tráfico internacional de drogas, lavagem de dinheiro, contrabando, corrupção, extorsão e outros crimes. O objetivo das novas sanções é enfraquecer a estrutura financeira da facção, impedir a circulação de recursos no mercado internacional e ampliar a cooperação com autoridades brasileiras e de outros países.

Nos últimos anos, operações conjuntas entre a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, a Receita Federal, a DEA (Drug Enforcement Administration) e outros órgãos internacionais têm identificado esquemas sofisticados utilizados pelo PCC para ocultar patrimônio, investir em empresas, adquirir imóveis e movimentar recursos em diferentes países.

Especialistas em segurança pública avaliam que as sanções representam um instrumento importante no combate ao crime organizado, pois atingem diretamente o patrimônio e as fontes de financiamento da facção. Embora não resultem em prisões automáticas, as medidas dificultam a abertura de contas bancárias, a realização de investimentos, a compra de bens e a manutenção de negócios internacionais, aumentando a pressão sobre a estrutura econômica do PCC.

A decisão também reforça a cooperação internacional no enfrentamento ao crime organizado transnacional, considerado hoje uma das principais ameaças à segurança pública em diversos países das Américas. As investigações seguem em andamento, e o governo dos Estados Unidos não descarta novas sanções contra outros integrantes e empresas que venham a ser identificados como parte da rede financeira da organização criminosa.